



VOZES DAS MULHERES NA POLÍTICA



sivis.org.br



Sumário

Introdução.....	1
Primeira seção: Consolidação da democracia nos Estados Unidos e Brasil	2
Segunda seção: Ativismo, democracia e mulheres na esfera política	2
Resumo da palestra da Professora Dra. Kelly Prudêncio	2
Resumo da palestra da Professora Dra. Carla Rizotto	5
Resumo da palestra da pesquisadora Dra. Giulia Fontes.....	8
Terceira seção: Democracia e plataformas digitais: da gestão à comunicação no setor público. 10	
Resumo da palestra da professora Dra. Maria Alejandra (UNILA)	10
Quarta seção: Participação e desafios femininos na política	11
Resumo da palestra da professora Profª Dra. Carla Almeida (UEM).....	11
Quinta seção: Legislação Eleitoral e desafios para candidaturas femininas.....	12
Resumo da palestra da professora Profª Dra. Eneida Desiree Salgado (UFPR).....	12
Resumo da palestra da professora Profª Dra. Luciana Panke.....	12
Considerações finais.....	12

Introdução

Nos dias 17, 18 e 19 de abril, o Campus Juvevê da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi palco do evento *Vozes das Mulheres na Política: Desafios da democracia em nível local e no Brasil*, promovido pelo Instituto Sivilis, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e o Consulado dos Estados Unidos. Foram três dias de eventos, que reuniram mais de 200 pessoas, entre estudantes, pesquisadores e interessados pelo tema. Cada um dos dias contou com mesas de debates, onde estiveram presentes palestrantes mulheres que abordaram temas relacionados à política, à democracia, aos direitos das mulheres e a sua participação na política. Esse evento teve como objetivo conscientizar sobre os desafios da democracia em nível local e no Brasil através das perspectivas de renomadas professoras e pesquisadoras do estado do Paraná. Além disso, contou uma intérprete de LIBRAS para cada sessão do evento com o objetivo de trazer mais acessibilidade.

O relatório tem como objetivo trazer um resumo dos principais assuntos discutidos pelas palestrantes no evento com a intenção de dar um maior acesso ao conhecimento e informação, principalmente para aqueles que não puderam participar do evento. O resumo foi feito através da gravação dos áudios das palestrantes.

O documento está dividido por temáticas do evento. A primeira seção teve o tema de consolidação da democracia nos Estados Unidos e Brasil, em que a Prof^a Dra^a Amy Erica palestrou. A segunda seção diz respeito ao tema de ativismo, democracia e mulheres na esfera política, Profa. Dra. Kelly Prudêncio (UFPR) palestrou sobre feminismo e o identitarismo, já a Profa. Dra. Carla Rizotto (UFPR) apresenta a relação do feminismo com a internet, enquanto a pesquisadora Dra. Giulia Fontes (UFPR) relata sobre sua pesquisa com jornalistas e os desafios das mulheres nesse ambiente de trabalho. A terceira seção foi palestrada pela Maria Alejandra (UNILA) e relata sobre a democracia e plataformas digitais: da gestão à comunicação no setor público. A quarta seção é palestrada pela Prof^a Dr^a Carla Almeida (UEM) com a temática de participação e desafios femininos na política, a professora relaciona o feminismo com um olhar para políticas públicas. Por fim, a quinta seção é sobre legislação eleitoral e desafios para candidaturas femininas. A Prof^a Dra. Eneida Desiree Salgado e Prof^a Dra. Luciana Panke palestraram sobre os desafios da legislação feminina.

O resumo das palestras está traduzido em LIBRAS e se encontra [aqui](#).

Primeira seção: Consolidação da democracia nos Estados Unidos e Brasil

A Profa. Doutora Amy Erica Smith, da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos abriu o ciclo de palestras e abordou a democracia e as eleições fazendo um comparativo entre Estados Unidos e Brasil. Amy mostrou, por meio de pesquisas e gráficos, as tendências de votação, a crise da democracia nos países, o papel das mulheres dentro deste cenário e opinou, de maneira bastante otimista, sobre o futuro da democracia brasileira. Ao final de sua fala, que aconteceu virtualmente, a professora respondeu algumas perguntas referente às eleições de 2018 no Brasil, e especificou algumas características citadas em sua análise, que trazem a faixa de renda, gênero, cor e escolarização como um fator que dividem os votos, não só na eleição analisada, mas em geral. A palestra foi gravada com a tradução em LIBRAS e pode ser acessada por [aqui](#).

Segunda seção: Ativismo, democracia e mulheres na esfera política

No segundo dia de evento (18), a primeira mesa abordou o tema "Ativismo, democracia e mulheres na esfera política", com três doutoras no assunto e todas da UFPR. Abaixo estão os resumos das falas da professora Kelly Prudêncio (UFPR), professora Carla Rizotto (UFPR) e pesquisadora Giulia Fontes (UFPR)

Resumo da palestra da Professora Dra. Kelly Prudêncio

A professora Prudêncio apresenta o que Norberto Bobbio entende como movimentos sociais, que são meios de comunicação que anunciam que algo precisa mudar. Eles têm como propósito aglutinar membros, reformar laços identitários, constranger seus oponentes, justifica as pretensões do grupo. Segundo a professora, o que vem sendo esquecido nos últimos anos é como se conversa com seus adversários políticos.

Teorias dos movimentos sociais

A professora explica que é preciso haver um sujeito, um adversário e um projeto político para se constituir um movimento social. O feminismo desponta nos anos 60 e nesse caso, o sujeito são as

mulheres, o adversário é a cultura do patriarcado, e é difícil de combater porque está diluído nas próprias relações sociais. Conforme a professora, o projeto político é um horizonte de igualdade de direitos, seria essa equiparação das mulheres em relação aos homens.

Prudêncio explica que o feminismo era classificado como um novo movimento social porque não era igual o movimento operário, de tomar o poder por exemplo, mas tinha como objetivo mudar as relações sociais. Conforme a professora, a teoria da mobilização de recursos, é uma outra perspectiva para ação coletiva, que uma ação coletiva é tão bem subsidiada conforme o grupo consegue mobilizar os recursos humanos, materiais, políticos, econômicos. Segundo os seus críticos, essa teoria não dá conta dos aspectos culturais dos movimentos

Há várias teorias de movimento sociais, a professora Prudêncio ressalta a teoria do reconhecimento, ela explica que essa teoria aborda a ação coletiva contemporânea se dá através da redistribuição material e reconhecimento das diferenças. O feminismo é classificado dentro dos novos movimentos sociais e as mulheres são vistos como sujeitos de transformação social juntamente com outros. A professora explica que segundo Manuel Castells, o feminismo é um dos movimentos mais importante do século XX porque muda não só as relações das mulheres, mas a de todas.

A professora explica que o feminismo se volta para a dimensão cultural dentro da academia. A professora Prudêncio cita a Nancy Fraser que apresenta que a emergência dessa política de identidade era associada a derrocada do estado de bem-estar social, o neoliberalismo avança e a pobreza volta com bastante força, de tal modo que, não dá mais para ignorar a questão da redistribuição material. Conforme a professora, a crítica da autora é que a demanda por reconhecimento das identidades se torna obscura, o que acabou fazendo com que o estudo sobre o feminismo tivesse uma finalidade com a disposição do neoliberalismo. O conceito de gênero ganha centralidade, e participa de discussões dos direitos de LGBT e de raça. E na teoria do feminismo um novo conceito surge que é o de interseccionalidade.

Conforme a professora Prudêncio, segundo Fraser, para que haja na luta de reconhecimento qualidade de participação na esfera pública, é preciso se atentar a esfera de redistribuição, sem a redistribuição não é possível essa qualidade, e deixa de ser a teoria de reconhecimento e passa ser de justiça social. Conforme Prudêncio, Fraser mostra que o conceito de interseccionalidade não é suficiente, esse conceito é muito mais para promover coesão para o movimento do que necessariamente promover uma mudança política que traga ganho para a luta do feminismo. Fraser também reconhece o limite da teoria de justiça, não basta pensar só na redistribuição de recursos e no reconhecimento, é necessário incorporar a representação política. A justiça social deve ser construída para todos

Então, quais são os desafios para uma justiça de gênero a partir do ativismo feminista?

Professora Prudêncio indaga se é possível imaginar os conceitos e práticas de pluralismo e universalismo numa sociedade hiper individualizada? Um processo que é intensificado pela lógica das redes sociais, cuja comunicação é personalizada, que é difícil alçar uma noção de coletivo. Como é restabelecer uma comunicação efetiva entre demandantes e mandatário na comunicação política? É possível pensar na paridade de participação como paridade de comunicação?

Prudêncio explica que temos obstáculos muito graves como o identitarismo, ele não é um chamamento a respeito das diferenças. Conforme a professora, o identitarismo é um fenômeno no

qual há uma supervalorização de determinados grupos em detrimento dos outros, o problema aqui é em detrimento. Segundo Prudêncio, a política identitária se dá para se enfrentar uma opressão, no caso da opressão de gênero, essa política consegue avanços, hoje é capaz de reconhecimento de situações, esse reconhecimento é muito graças a essa política identitária. Segundo a professora, os problemas são:

- I) existem identitários para lutar contra a opressão tanto para oprimir, exemplo: nacionalistas, conservadores. Há movimentos que oprimem, existem esses movimentos sociais contraditórios.
- II) seria o problema do sistema de consequências das premissas das características que ocasionam problemas sérios para a democracia, como o autoritarismo societal, ou seja, ao lutar contra uma opressão acaba criando outra.

Conforme Prudêncio, um grupo identitário, do ponto de vista político, seu objetivo é atrair, conseguir adesão de outros grupos que não necessariamente sofrem aquela opressão, mas o que acontece, em alguns casos, é os repelirem. A professora explica que quando as lutas identitárias se apresentam para um grupo que não compartilham com os valores, visões e pressupostos e não aceitam as consequências é difícil imaginar que possam prosperar, pois ao invés de construir uma ponte, está destruindo.

Lugar de fala

Professora Prudêncio explica que o lugar de fala é a reivindicação de um reconhecimento de uma autoridade para falar sobre determinados assuntos. Ela explica que isso em si é perfeitamente compressível, o problema é como isso é operacionalizado, a reivindicação de falar por si mesmo e de não ser reduzidos ao objetivo ou assunto, o que é legítimo. O problema é a reivindicação de uma superioridade de autorrepresentação e uma interdição da discussão pública. Ela explica que se formos nos princípios da discussão pública esse fenômeno não está congruente com a participação política. Então o lugar de fala não é um problema em si, mas cria uma armadilha, que é gerado a partir da percepção que só quem vive a opressão é capaz de participar do debate. Isso gera um problema para o pluralismo democrático, em que é as reivindicações desse lugar de fala vai recompensar os indivíduos a partir da identidade ou classe que esses pertencem.

Cancelamento e lacração

A professora explica que o cancelamento e a lacração são fenômenos das redes sociais e são atitudes absolutamente opostas àquilo que se entende como considerações saudáveis e democráticas para o debate público. Conforme a professora, o autoritário que se move através disso, não se move através do cálculo dos ganhos e perdas, mas sim de uma necessidade de autoafirmação. A professora explica que o objetivo disso é punir os discordantes, e deve ser afastado de qualquer possibilidade de condições humanas até, há uma punição simbólica, que pode até se traduzir em física.

Conforme Prudêncio, Fraser aponta que nos Estados Unidos, algumas feministas desprezavam as mulheres comuns, por exemplo, ao julgar as mulheres que escolhiam ser donas de casas. Ela explica que nesse erro tático entraram as igrejas com correntes conservadores, e nesse lugar se sentiram acolhidas e não com as feministas.

Representação política

Prudência explica que se queremos representação política, é preciso mudar o comportamento. Segundo a professora uma eleição não se ganha com uma estratégia de brigas e “cale a bocas”, os identitários falam cada vez mais para si mesmo, e cada vez menos com os que não se engradaram nas categorias de nós. O “nós contra eles” ficam mais acirrados, e é preciso entender que o espaço democrático exige convivência com aqueles que discordamos veemente, desde que exista respeito as regras do jogo, essa pessoa tem o direito de existir.

Segundo a professora O “nós contra eles” é arriscado do ponto de vista política. Ela aponta que Fraser pontua que é necessário recuperar os sentidos de público como coletivo, como de todos, é não de alguns privilégios que defendem seus interesses.

Conforme Prudência, Fraser pontua que há uma nova fase da justiça feminista, e que a justiça de gênero precisa ser reenquadrada. Prudência indaga como apresentar essas questões tais quais direito reprodutivos, violência contra a mulher, que são temas sensíveis, pois mexem emocionalmente com as pessoas? Como fazer com que a maior parte da sociedade possa se sentir parte dessas discussões? É uma questão de estratégia da comunicação. Prudência retorna a explicar que Fraser aponta que essas injustiças da má distribuição econômica e não reconhecimento precisam de uma outra dimensão para organizar esse conteúdo para apresentar no debate político. Fraser pontua que o mal enquadramento das questões é um desafio do movimento feministas. Ainda a autora explica que essas questões não são nacionais, é preciso recuperar a ideia de justiça de gênero dentro dos direitos humanos universais. Por exemplo, em países que de opressão das mulheres e não se deve falar pois há soberania nacional. Conforme Fraser, os direitos humanos devem imperar. Para a professora Prudência, reenquadrar a questão da justiça de gênero no âmbito transnacional implica equiparar direitos e poderes de cidadãos de todo mundo. Sobre poderes, a professora se refere a espaços institucionais como o legislativo, executivo.

Nova política feminista: quando o feminismo vai além dele mesmo

A professora ressalta que nessa comunicação, é importante lembrar que há lados. A professora explica que há o nosso lado, o dos outros e os neutros. A frase “Quem não está conosco está contra nós” é contraproducente na política. Trata-se da recuperação do bem comum, do espaço público, do antagonismo político. O diferente pode ser o adversário, com o qual eu discuto, mas não o inimigo que deve ser aniquilado. Por fim, a professora Kelly Prudência afirma que essa crítica ao identitarismo é uma tentativa de superá-lo e não é uma crítica à política da identidade. Ela explica que essa política precisa ser acompanhada aos outros tipos de práticas, o que precisa ser combatido é o autoritarismo identitário.

Resumo da palestra da Professora Dra. Carla Rizotto

Feminismo e a relação com a internet

A professora Rizotto explica que a internet passou ser o lugar constitutivo do movimento feminista, esse ambiente alterou o alcance do movimento, as estratégias, e a forma de agência política, ou seja, a forma como se endereça as demandas no debate público. No entanto, não foi necessariamente de forma positiva.

Explosão feminista, é um conceito da Heloisa Buarque de Holanda, em seu livro ela coloca em diálogo feministas de gerações e correntes diferentes, o que nos ajuda a entender a profundidade das diferenças entre os vários movimentos feministas. Houve uma expansão da feminista e que o movimento feminista foi o que mais se beneficiou com a internet, a diferença não está na pauta, porque se continua buscando as mesmas coisas, mas sim o alcance.

Novo feminismo?

A professora indaga se estamos vivendo um novo feminismo e a resposta é não se estivermos falando das pautas, como descriminalização do aborto, violência de gênero, padrões compulsórios de comportamento. No entanto a professora lista 3 alterações no movimento:

- i) se altera a forma de circulação do debate, e isso traz duas coisas importantes: o componente geracional, mulheres cada vez mais jovens que se identificam como feministas, há como congruência uma multiplicação de vozes. E aqui eu falo disso sem nenhuma visão de ingênua sobre a internet, a participação política através da internet ocorreu de uma forma muito diferente da visão dos otimistas. Mas foram emergidas as mais diversas correntes do feminismo, hoje falamos de femininos, de feminino negro, trans feminismos, entre outros.
- ii) A segunda alteração diz respeito as formas de associação. A professora explica que continua sendo um movimento social, mas enquanto coletivos passam a ser regidos por princípios da horizontalidade e da auto-organização e há também uma forma de organização enquanto indivíduos isolados, pois a estratégia de articulação das redes já traz uma ilusão de pertencimento, como as campanhas de hashtags.
- iii) estratégias de mobilização: esse ativismo de hashtag é centrado na questão da construção das narrativas em rede. Fazer parte de uma campanha assim significa compartilhar histórias pessoais formando uma grande narrativa em rede trazendo visibilidade para aquele problema discutida.

A professora Rizotto cita a contribuição de Raissa Samento que fez uma cartografia desse feminismo online e há 5 questões basilares para entendê-lo:

- i) Viés antropocêntrico da tecnologia: discussão da própria arquitetura da rede que apresenta desvantagens para as mulheres, como em acesso e desenvolvimento e uso da rede
- ii) Forma de produção de circulação dos conteúdos que pluraliza os discursos e a partir disso há uma emergência de vários feminismos, antes não se via tão bem que as mulheres negras não eram vistas pelo feminismo branco
- iii) Construção de grupos de solidariedade é um grupo muito interessante, a internet possibilita a articulação de mulheres que estão distantes geograficamente e elas podem se associar para resolver problemas que sofrem em comum. Há alguns trabalhos dessas redes de solidariedade através do WhatsApp sobre aborto, pois se a lei não auxilia há esses grupos
- iv) Ativismo de hashtag, esse incentivo para que mulheres tornem públicos histórias privadas e articulação nas redes. O pessoal se torna político, ou seja, leva a história pessoal para o público para que tenha efeitos políticos. E esses relatos são os principais objetivos políticos como: #meuPrimeiroAssédio #meuAmigoSecreto. No primeiro caso muitas mulheres contaram sobre o primeiro assédio mostrando que não acontece somente com uma pessoa

- v) Enfrentamento da violência de gênero que é muito conectado com o primeiro ponto, pois a própria arquitetura da rede facilita esses discursos de ódio.

A professora explica que muitos desses pontos são bastante positivos, e a popularização desses feminismos é uma delas.

A professora cita a contribuição de Nancy Frase, em 2019 escreveu o livro “Feminismo para os 99%,” em coautoria com Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e tem o objetivo de fazer uma crítica ao feminismo liberal. A professora explica que acredita que é necessário incorporar essa crítica principalmente para as jovens que estão empolgadas e que são engolidas pelo feminismo neoliberal, pois domina as redes, porque é mais palatável. A professora ainda ressalta que não acredita que o feminismo neoliberal é melhor do que nada, pois ele traz algumas armadilhas para as concretizações das políticas públicas:

Rizotto explica que é preciso pensar na questão da lógica das redes, e substituir a lógica “meu corpo minhas regras” por um feminismo interseccional que compreenda que a base social da exploração de gênero é a exploração social. Ou seja, que olhe para o patriarcado não enquanto uma categoria isolada de opressão, pois isso recai no problema do identitarismo. Mas que entenda que esse fenômeno é uma lógica de reprodução social que relega isso ao âmbito privado, que por sua vez é invisível para o capitalismo. E se é invisível para o capitalismo não é possível conseguirmos caminhar.

Como escapar dessa armadilha?

A professora acredita que a concepção interseccional como central para uma reavaliação das estratégias dos feminismos. Conforme a professora, não é interseccional porque está olhando de uma forma cruzada, entendendo que existe opressão de raça, gênero, classe, sexualidade entre outras. A proposta, por sua vez, é olhar para a interseccionalidade como forma de agência política, não como forma de descrever as opressões, mas para endereçar esses problemas.

Rizotto aponta que a Nancy Fraser mostra que demandas de justiça social precisam ser formatadas estrategicamente com base na paridade de participação e será alcançada via essa concepção tridimensional de justiça, que leva em consideração as questões de reconhecimento, de distribuição e de representação.

A professora mostra como usar uma categoria de interseccionalidade como agência política levando em conta esses 3 critérios:

Exemplo, descriminalização de aborto

- i) A criminalização do aborto é um problema de não reconhecimento, pois sem o controle da reprodução, a participação das mulheres em outros âmbitos da sociedade é profundamente afetada. Essa criminalização faz com que os princípios constitucionais básicos como direitos ao próprio corpo, integridade física e psíquica seja vivida diferente entre homens e mulheres.
- ii) A professora ainda aponta que se olharmos pela perspectiva de raça e classe, percebe-se que essa criminalização afeta de forma desproporcional mulheres pobres, negras, indígenas, com baixa escolaridade, que vivem na periferia. As mulheres de classe média/rica, vivem melhor essa liberdade e controle porque podem pagar por esses procedimentos, podem viajar para outros países, podem comprar mediações. Para as

mulheres mais pobres sobra o procedimento inseguro, prisão, ou a maternidade compulsória, então é uma questão de redistribuição.

- iii) E é uma questão de representação pois as mulheres não vão ter paridade de participar nas atividades públicas ou nas tomadas de decisão sobre o assunto. A professora explica que quando se fala sobre representação não é ter representantes falando em nome de mulheres, não basta ter só mulheres na política, mas o ponto é fazer com que todas as mulheres, falando transnacionalmente, sejam sujeitas de direitos e de autodeterminação em relação aos seus corpos. Ou seja, que mulheres de outros países também tenham esses direitos. Rizotto explica que a forma como enfrentamos esse desafio de representação, resulta em uma má distribuição dos direitos políticos tanto entre mulheres e homens, mulheres brancas e mulheres negras, e para mulheres de diferentes países.

Por fim, a professora Rizotto explica que o desafio é pensar nos feminismos e a internet sem cair nas armadilhas do feminismo liberal. De forma a substituir a lógica individualista da internet para uma forma coletiva. Assim, defender a pauta do aborto com o uso do slogan “meu corpo e minhas regras” não funciona, pois esbarra nesses adversários políticos que não reconhecem a autonomia das mulheres como dona dos próprios corpos, mas que podem reconhecer os problemas de mal enquadramento, má distribuição ou não reconhecimento. Então alterar a forma como se desenha essas estratégias pode ser positiva para que daqui há um tempo se possa falar de transformação no feminismo e que as pautas mudaram. A professora explica que junta a crítica ao identitarismo e ao feminismo liberal para pensar em um horizonte do feminismo que seja mais simpático as mulheres, mas para todas e todos.

Resumo da palestra da pesquisadora Dra. Giulia Fontes

Giulia fontes apresenta a sua pesquisa realizada com Gisele Barão, e professor Jamil, todos da UFPR. Fontes explica que esse trabalho teve como foco duas questões de pesquisa: i) de que forma as mulheres jornalistas entendiam que questões de gênero constituíam riscos para sua profissional ii) e quais foram as estratégias que essas mulheres desenvolveram para de alguma forma lidar ou enfrentar esses riscos da atividade profissional.

Sobre o contexto, Fontes explica que houve uma deterioração da liberdade de imprensa no Brasil, de tal modo que em 2021 foi o ano mais violento contra jornalistas. A FENAJ faz esse controle através das notificações de sindicato ou de notícias, então existem muitos casos que não são contabilizados. A FENAJ explica que as agressões que ocorrem contra mulheres jornalistas é diferente das que ocorrem contra homens. Fontes também aponta que outro dado da associação brasileiro do jornalismo investigativo, eles têm um monitor voltado para violência de gênero, 65% dos casos são ataques contra a reputação a moral, relacionados a aparência ou sexualidade. Mais de 60% ocorreram contra jornalistas que cobrem política. Então existem casos que atacam a mulheres que cobrem esporte também é um ambiente hostil.

A pesquisadora explica que no Brasil tem poucos estudos que ouviram as mulheres jornalistas em relação a isso, mas tem muitos estudos do mundo, inclusive países que em tese essa discussão de gênero está mais estabelecida. Fontes aponta que existe essa discriminação na redação desses jornais e que os principais problemas são: desigualdade de oportunidade, diferenças em atribuição de tarefas de prestígios, ao passo que as mulheres cobrem mais saúde, educação, enquanto política e economia, que são áreas privilegiadas, não são destinadas às mulheres. Outro

ponto que é descrito na literatura, são as punições em relação a maternidade, as mulheres tem salários reduzidas ou não são promovidas por serem mães.

Fontes explica que essas situações fazem com que as mulheres se sintam vulneráveis, embora que as ameaças que acontecem não necessariamente se concretizam na violência. Fontes aponta que esse ambiente e a violência aumentaram por causa das redes sociais, uma das entrevistadas relatou que trabalhava como repórter de jornal e que as pessoas agora procuram seus nomes nas redes sociais e há várias consequências tais quais, autocensura, mudança de comportamento nas redes sociais e problemas com saúde mental.

Sobre a resiliência, habilidade de responder a essas situações, a pesquisadora Fontes explica que as mulheres evitam falar com certas pessoas, evitam usar certas roupas para tentar evitar essas agressões. A literatura também documenta a falta de apoio das organizações jornalistas quando ocorrem esses ataques, os profissionais precisam procurar individualmente formas de se proteger.

A pesquisadora Fontes apresenta a pesquisa que realizaram em 2019, em que utilizaram os relatórios da FENAJ e falaram com 31 mulheres, garantindo anonimato dessas jornalistas. Sobre o perfil, é uma amostra representativa, profissionais de diferentes idades, diferentes funções: repórter, editoras, trabalham em veículos nacionais, ou hiper locais, TV, rádio, internet.

Fontes explica que as mulheres relatavam outros casos de agressão que nem foram documentados antes, nos quais houve ataques relacionados a vida sexual, em que eram comentários disfarçados de elogios. Jornalistas mais experientes relataram a comentários depreciativos relacionados a idade, quando o homem envelhece é visto como sábio e a mulher é vista como velha gaga.

A pesquisadora explica que há uma diferença nos tipos de veículos, as repórteres de rádio se sentem mais vulneráveis porque geralmente vão fazer as entrevistas sozinhas e as de TV tem a presença do cinematógrafo que geralmente é homem, mas também se sentem mais vulneráveis. Uma das jornalistas comentou que onde trabalha não tem como discutir gênero pois elas não têm condições mínima para fazer jornalismo, então a disparidade entre homens e mulheres é um assunto muito distante. Sobre a internet, ela facilitou os ataques, Fontes explica não conseguem punir os agressores, quando há ataques as mulheres denunciam, mas nada acontece.

A pesquisadora também cita que uma das jornalistas comenta que não é um movimento espontâneo é uma estratégia visando como objetivo destruir reputações e usando fatores da sexualidade, aparência, entre outros. Além disso, não é meramente uma crítica ao conteúdo produzido. Essa jornalista também falou que é muito custoso ir atrás das pessoas e responsabilizar quem as agrediu, muitas vezes as mulheres trabalham em lugares que não tem estrutura para oferecer apoio jurídico

Fontes ainda relata que há jornalistas, principalmente as mais experientes ou que tem mais estrutura, que relatam que tais situações não as atrapalham, elas dizem que “a hora que eu tiver que mudar o jeito que eu trabalho eu me aposento”. No entanto, Fontes aponta que há outras jornalistas que se sentem mais sozinhas, procuram não fazer mais entrevistas com quem as assediou, procuram fontes mulheres, as vezes fazem a matéria e não assinam o texto para não virar alvo de ataques. Fontes ainda explica que uma das jornalistas disse que não usa mais aplicativos de relacionamento porque tem medo de que pessoas mal-intencionadas se aproxime. Há impactos na vida sociais também, mulheres que tem filhos não postam fotos pois tem medo de que as agressões atinjam a família.

A pesquisadora Fontes aponta que as organizações jornalistas condenam publicamente aos ataques de políticos, mas dentro da organização nem sempre há apoio. As jornalistas também reclamam que não há muita orientação sobre isso, no sentido de quando elas sabem que qual é limite. Fontes explica que no caso dessa jornalista, ela recebeu ameaça de morte e pediu algum tipo de proteção. Depois, essa mesma jornalista sofreu dois tipos de agressão, primeiro foi assediada por uma fonte e seu chefe fez um comentário sexista, dizendo que isso ocorreu porque mulheres são fáceis, e que ela precisaria voltar lá porque essa fonte possui informações importantes. Posteriormente essa funcionária relatou problemas sérios com saúde mental por causa desses episódios e teve que arcar com o tratamento sozinha. Ela ainda percebia que existia uma divisão entre chão de fábrica e andar decima, então os jornalistas do andar de cima recebiam ajuda e os de chão de fábrica deveriam se cuidar sozinhos.

Por fim, a pesquisadora Fontes conclui que essas situações mostram os problemas de gênero e de liberdade de imprensa, e consequências para a qualidade do jornalismo produzido no Brasil. Então de acordo com os jornalistas o gênero foi identificado como fator de risco no trabalho. É importante ouvir esses relatos para justamente entender quais caminhos podem ser tomados para oferecer mecanismos de apoio.

Terceira seção: Democracia e plataformas digitais: da gestão à comunicação no setor público

Resumo da palestra da professora Dra. Maria Alejandra (UNILA)

A segunda mesa tinha como tema “Democracia e plataformas digitais: da gestão à comunicação no setor público”, com a Dra. Maria Alejandra Nicolás (UNILA). A doutora e mestre em sociologia abordou a digitalização dos órgãos públicos e trouxe uma pesquisa que mostra que o Brasil é o país com mais acessibilidade na América Latina e o Uruguai é o segundo, seguido de Colômbia, Chile e Paraguai.

A professora explica como a utilização das ferramentas digitais é utilizada pelo estado. Governo digital propiciaria essa comunicação com os atores, movimentos sociais, organizações sociais. Para avaliar os serviços públicos, é preciso pensar na linguagem de comunicação. Ela explica que a ampliação desses serviços podem propiciar mais transparência, *accountability*, responsividade, o que amplifica do projeto democrático

A professora explica que o Brasil vem avançando muito nos últimos 10 anos, como com a Lei de acesso à informação, portal de transparência. No entanto, essas plataformas precisam ser regulamentadas a nível estadual e municipal, os municípios precisam do portal de transparência também. Isso propicia controle social por parte da população e sociedade civil.

Experiencia nos orçamentos participativos

A professora explica que seria interessante pensar isso junto com ferramentas digitais. Houve também outras experiencias consultas públicas, o marco civil da internet, uma experiencia inovadora para pensar o equilíbrio entre a internet e a política. O processo de elaboração ultrapassou o executivo e foi ao legislativo, durou muitos anos mas o Brasil teve uma experiencia inovadora.

Comparação de plataformas de serviços públicos nos países da América Latina

A Professora Nicolás apresenta a pesquisa da UNILA que mostra como esses serviços públicos são digitalizados pelo governo. Ela explica que há muita diversidade na qualidade do serviço e como ele se apresenta para o cidadão. Nicolás também apresenta o índice da Nações Unidas que mostra como alguns países estão mais digitalizados: Brasil, Uruguai, Colômbia, Equador, Paraguai, tiveram um destaque e não são países que tem uma tradição tão grande de serviços desse tipo. A professora explica que essa pesquisa foi feita depois da pandemia, então existe um viés que acelerou a digitalização. O que trouxe alguns problemas, como o caos da implantação do auxílio Brasil através dos aplicativos que precisou sofrer uma adequação.

Desafios da implementação

Professora Nicolás relata alguns dos desafios para implementação de serviços digitais como:

- Distribuição da infraestrutura e conectividade com a internet, é difícil monitorar esse processo para saber como esse serviço está sendo implementado. É preciso ampliar essa conectividade e acesso. É preciso pensar em como esses serviços estão sendo aplicados em territórios que não são centrais, nas periferias, no campo.
- Agendas de pesquisa: como de fato está sendo a implementação e o acesso da população, compromissos e metas desse serviço. Capacidade de tomar as decisões dos gestores, da capacidade da burocracia para implementar esses serviços, assim é necessária uma agenda para isso. Já há movimentos no Brasil como o CGU, que estão tratando sobre isso, cursos para digitalização. É um assunto que está sendo colocado na agenda.

A professora explica que os dados de domicílios sem internet retratam a desigualdade do Brasil. O acesso ao uso desses serviços é desigual. A desigualdade de gênero também afeta esse acesso. Há um grupo minoritário que consegue pagar internet. Ela reforça a necessidade de evidências científicas para poder entender como essa desigualdade opera.

Quarta seção: Participação e desafios femininos na política

Resumo da palestra da professora Prof^a Dra. Carla Almeida (UEM)

O terceiro e último dia de evento começou com a Prof^a Dra. Carla Almeida (UEM) discutindo o tema “Participação política, democracia e políticas públicas para mulheres”. Carla fez um levantamento histórico do papel do movimento feminista na criação de políticas públicas para mulheres e a importância de órgãos como a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, fundamental para o combate à violência de gênero e a construção de políticas transversais. “Ainda que você tenha uma crítica, que permanece sobre o que o feminismo que apostou na institucionalidade foi capaz de produzir, eu acho que a ascensão das forças conservadoras renovou a energia da ocupação, sobretudo do parlamento. Foi lá que as demandas para o feminismo se acentuaram”, ressalta Carla. A Dra. ainda destacou que uma ação muito importante que o feminismo vem fazendo desde 2015 é o que chamam de agenda de bloqueio. Esse movimento atua no parlamento, a fim de bloquear as agendas conservadoras que estavam lá. Carla fechou sua participação abordando as novas oportunidades de ação junto ao Estado e a retomada de conselhos, além de dar sua opinião sobre a mobilização da população na rua. Para ela, é necessário que os movimentos continuem a se mobilizar.

Quinta seção: Legislação Eleitoral e desafios para candidaturas femininas

Resumo da palestra da professora Prof^a Dra. Eneida Desiree Salgado (UFPR)

A última mesa do evento foi sobre “Legislação Eleitoral e desafios para candidaturas femininas”, com a Prof^a Dra. Eneida Desiree Salgado e Prof^a Dra. Luciana Panke, ambas da UFPR. Desiree abriu a mesa falando sobre os desafios das mulheres na vida política. Ela destacou os preconceitos que a mulher sofre em uma sociedade que ainda a vê como figura responsável pelo cuidado e pelo ambiente doméstico, enquanto aos homens a vida pública não é discutida. No âmbito político, Desiree afirmou que os partidos ainda não são espaços democratizados internamente e as mulheres não têm espaço de fala igualitário. “Alguns gastos eleitorais não são previstos, e as candidaturas não podem pagar suas próprias despesas com hospedagem e alimentação, o que faz muita diferença caso você tenha recursos próprios. A gente não tem previsão ou possibilidade de gastos com cuidado infantil com o dinheiro da campanha, ou seja, não pode pagar babá. Podemos pagar uma pessoa para balançar uma bandeira com nossa cara, mas não para cuidar das nossas crianças. Temos uma forma de gastos eleitorais que não é pensada para mulheres”.

Resumo da palestra da professora Prof^a Dra. Luciana Panke

Para fechar o ciclo, Luciana Panke apresentou dados de uma pesquisa sobre motivação de pessoas para não votarem em mulheres. De acordo com o que foi exposto, as respostas ficaram divididas em seis categorias: acreditar que há ausência de mulheres candidatas; acreditar que mulheres não têm preparo emocional; acreditar que lugar de mulher não é na política; considerar que mulheres são suas próprias inimigas, considerando que “nem mulher vota em mulher”; acreditar que mulheres não têm bons currículos - usam o discurso “voto pelo currículo, não é porque é mulher” -; e, por fim, considerar que política só é lugar para “algumas” mulheres. A Dra. também trouxe números comparativos sobre mulheres na política no Brasil e em outros países da América Latina, e expôs a importância de naturalizar o protagonismo feminino, e que ele seja trabalhado em todas as esferas.

Considerações finais

Esse evento teve como objetivo conscientizar sobre os desafios da democracia em nível local e no Brasil através das perspectivas de renomadas professoras e pesquisadoras do estado do Paraná. Especialmente em um contexto de grande desigualdade de gênero, é essencial que professoras e pesquisadoras ganhem mais espaço e reconhecimento. Esse projeto teve como parceria o PPGCOM, PPGCP, ambos da UFPR, Consulado dos Estados Unidos, e RAPS.